

Desvendando a Educação de Jovens e Adultos com Tecnologias: concepções, desafios e trajetórias dos envolvidos

Unveiling Adult and Youth Education with Technologies: Conceptions, Challenges, and the Trajectories of Those Involved

Doi 10.5281/zenodo.15807897

312

Agda Aparecida Rabelo Ferreira¹

Resumo: A EJATEC representa uma das propostas do Novo Ensino Médio voltadas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), com o objetivo de integrar essa modalidade educativa à formação profissional, buscando aumentar a empregabilidade e estimular a continuidade dos estudos entre os alunos. Com isso em contexto, o presente artigo tem como finalidade analisar o Novo Ensino Médio na modalidade EJA, em articulação com a Educação Profissional, por meio do programa EJATEC. A pesquisa é de caráter bibliográfico e documental, com dados avaliados por meio de uma abordagem qualitativa. Baseando-se em uma discussão teórica fundamentada nos princípios da pedagogia crítica, realizamos uma análise dos documentos e das diretrizes normativas oficiais referentes à implementação da EJATEC nas instituições educacionais. Os resultados indicam que a implementação deste programa promove a escolarização básica acompanhada de qualificação profissional, direcionada a um público que esteve, por um longo período, à margem dos processos educacionais formais. Assim, o programa contribui não apenas para a conclusão do Ensino Médio, mas também para a inserção no mercado de trabalho, no ensino superior e em outros contextos sociais que demandam conhecimentos escolares fundamentais para uma participação ativa na sociedade.

Palavras-chave: EJATEC. Novo Ensino Médio. Formação Profissional

Abstract: EJATEC represents one of the proposals of the “Novo Ensino Médio” aimed at Youth and Adult Education, with the objective of integrating this educational modality into

¹ Doutora em Ciências da Educação pela Universidade Del Sol - UNADES. Possui graduação em Ciências - Habilitação em Matemática pela Universidade Estadual de Goiás (2003), graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2013) e mestrado em Ciências da Educação - Universidad Leonardo da Vinci (2016). Revalidado pela UNIUBE. Atualmente é professora PIV - CEJA Dom Bosco. Tem experiência na área de Matemática, com ênfase em Matemática. E-mail: agdarabelo10@yahoo.com.br

Recebido em 15/06/2025

Aprovado em: 03/07/2025

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



professional training, seeking to increase employability and encourage the continuity of studies among students. With this in context, this article aims to analyze the “Novo Ensino Médio” in the Youth and Adult Education modality, in articulation with Professional Education in educational institutions, through the EJATEC program. The research is bibliographic and documentary, with data evaluated through a qualitative approach. Based on a theoretical discussion based on the principles of critical pedagogy, we conducted an analysis of the documents and official normative guidelines regarding the implementation of EJATEC in educational institutions. The results indicate that the implementation of this program promotes basic schooling accompanied by professional qualification, aimed at a public that was, for a long period, on the margins of formal educational processes. Thus, the program contributes not only to the completion of high school, but also to the insertion in the labor market, in higher education and in other social contexts that demand fundamental school knowledge for active participation in society.

Keywords: EJATEC. Novo Ensino Médio. Vocational Training

Introdução

As rápidas transformações de ordem econômica, tecnológica, científica, cultural e social que marcaram o início do século XXI têm exigido que os sujeitos, imersos em uma realidade globalizada, busquem constantemente ampliar seus repertórios de saberes e habilidades. A forma como as pessoas interagem, trabalham e constroem suas identidades passa por mudanças significativas que afetam seus modos de ser e estar no mundo. Nesse contexto dinâmico, a educação, compreendida como uma prática social indispensável, assume a responsabilidade de acompanhar essas metamorfoses e oferecer caminhos para que os indivíduos possam se qualificar de maneira contínua. Assim, o acesso ao conhecimento torna-se não apenas um direito, mas uma necessidade essencial para que cada pessoa desenvolva competências capazes de favorecer sua atuação consciente e crítica em múltiplos espaços, sejam eles familiares, profissionais ou comunitários.

É inegável que, diante desse cenário de intensas transformações, as populações em situação de maior vulnerabilidade social necessitam investir na atualização constante de seus saberes, de modo a orientar não apenas suas práticas cotidianas, mas também os sentimentos que permeiam suas trajetórias. Muitos brasileiros, movidos pela esperança de construir alternativas mais dignas para si e suas famílias, acabam retomando ou iniciando percursos de escolarização básica. Essa decisão reflete o desejo profundo de superar limitações históricas e alcançar melhores condições de vida, evidenciando a educação como um instrumento de emancipação individual e coletiva.

A expansão do acesso à educação pública, assegurada como obrigação do Estado e direito de todos, tem figurado de maneira constante nos discursos oficiais desde a década de

1930, período em que o Brasil deu início a seu processo de industrialização. Naquele contexto, os projetos governamentais delinearão metas ambiciosas, tais como a erradicação do analfabetismo em todas as faixas etárias, a promoção do desenvolvimento econômico mediante o incremento da produtividade de jovens e adultos trabalhadores e a redução das desigualdades sociais e da pobreza (Silva, 2019). Apesar do tempo decorrido e dos avanços pontuais, ao se observar a realidade brasileira em 2024, constata-se que tais propósitos permanecem distantes de uma concretização efetiva, o que evidencia a complexidade dos desafios históricos que permeiam o campo educacional.

Segundo dados da pesquisa nacional por amostra de domicílios, conduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, observou-se uma redução de 1,3% nos índices de analfabetismo no intervalo de 2016 a 2023. Apesar desse avanço gradual, o levantamento revelou que, em 2023, aproximadamente 9,3 milhões de brasileiros com 15 anos ou mais permanecem sem habilidades básicas de leitura e escrita, correspondendo a uma taxa de 5,4%. Esses números evidenciam que, embora existam políticas de enfrentamento ao analfabetismo, o fenômeno ainda persiste como um desafio expressivo que compromete a dignidade e as oportunidades de grande parte da população.

Ainda, é importante salientar que, entre os indivíduos identificados como analfabetos, 54,7%, o que corresponde a cerca de 5,1 milhões de pessoas, residiam na região Nordeste do país. Por outro lado, 22,8%, aproximadamente 2,1 milhões de brasileiros, estavam concentrados na região Sudeste. Quando comparados aos dados de 2022, observa-se que houve uma diminuição de 0,3 ponto percentual na taxa nacional de analfabetismo, indicando uma redução significativa, estimada em mais de 232 mil pessoas que deixaram essa condição em 2023 (IBGE, 2023). Esses resultados demonstram avanços graduais, mas ainda insuficientes frente à magnitude histórica desse problema social.

É relevante evidenciar os dados mais recentes relacionados ao desemprego no Brasil, que ajudam a compreender a complexidade do cenário social. Entre os meses de fevereiro e abril de 2024, a taxa de desocupação foi de 7,5%, resultado que se manteve estável, sem variação estatisticamente significativa em comparação ao trimestre finalizado em janeiro de 2024, quando o índice era de 7,6%. Observa-se, contudo, que esse percentual é inferior aos 8,5% registrados no mesmo período do ano anterior. Apesar desse recuo, persistem desafios significativos que revelam a conexão profunda entre as taxas de analfabetismo, a pobreza e os processos de exclusão social. Essa realidade suscita reflexões sobre a relevância de políticas educacionais que associem a educação de jovens e adultos à formação profissional. Nesse

sentido, torna-se imprescindível fomentar ações públicas capazes de ampliar a escolaridade e qualificar jovens e adultos trabalhadores, favorecendo a inclusão social e o fortalecimento da educação básica no país.

Por distintas razões, grande número de jovens e adultos não teve a possibilidade de frequentar, prosseguir ou concluir seus estudos na etapa considerada socialmente adequada em termos de idade e qualidade. Inseridos em um contexto permeado por desigualdades e restrições, esses sujeitos necessitam retornar ao ambiente escolar com o intuito de acessar saberes teóricos e práticos que lhes permitam, de forma efetiva, retomar o convívio produtivo no mercado de trabalho e reconstruir sua cidadania sob uma perspectiva humanística. Convém enfatizar que a educação de jovens e adultos constitui um direito público subjetivo, assegurado pela constituição federal de 1988, e se apresenta como uma das expressões mais autênticas do princípio da educação ao longo da vida. Diante disso, torna-se essencial que essa modalidade seja priorizada na formulação e execução de políticas públicas comprometidas com a promoção da dignidade e da inclusão social.

De modo complementar, a lei de diretrizes e bases da educação nacional, nº 9.394, de 1996, estabelece no artigo 37 que a educação de jovens e adultos constitui uma modalidade da educação básica voltada àqueles que, por diferentes motivos, não puderam iniciar ou prosseguir seus estudos no ensino fundamental e médio na faixa etária considerada apropriada. Nesse sentido, os sistemas de ensino possuem a responsabilidade de assegurar, de forma gratuita, oportunidades educacionais que respeitem as singularidades, os interesses e as condições de vida e trabalho desse público, por meio de cursos específicos e exames de certificação. Conforme prevê o parágrafo terceiro do mesmo artigo, a EJA deve ser integrada, de preferência, à educação profissional, fortalecendo o vínculo entre a escolarização formal e as demandas do mundo do trabalho (Brasil, 1996).

Após essas reflexões introdutórias, o presente artigo tem como propósito examinar de maneira crítica o novo ensino médio, especificamente na modalidade de educação de jovens e adultos, articulada à educação profissional nas instituições públicas de ensino, tomando como objeto de análise o programa EJATEC. Para alcançar esse objetivo, a investigação adota procedimentos de natureza bibliográfica e documental, possibilitando a compreensão dos marcos legais, conceituais e operacionais que sustentam essa proposta. A análise dos dados foi conduzida sob uma abordagem qualitativa, orientada pelo compromisso de identificar avanços, limites e desafios que marcam a implementação dessa política educacional voltada à inclusão social e à ampliação das oportunidades de formação.

No que se refere ao referencial teórico que fundamenta a articulação entre a educação de jovens e adultos e a educação profissional, foram selecionados estudos diversificados, com ênfase especial nas produções acadêmicas publicadas nas últimas duas décadas. Essa escolha buscou assegurar uma análise atualizada e coerente com os debates contemporâneos da área. Além das contribuições teóricas, integraram o corpus da pesquisa os dados estatísticos produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e pela pesquisa nacional por amostra de domicílios, que permitiram estabelecer relações consistentes entre as políticas educacionais e a realidade vivida por jovens e adultos brasileiros no campo da educação e do trabalho.

UNIVERSO DA EJA

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui um recurso fundamental para a qualificação e formação da força de trabalho, conforme previsto na legislação educacional. Este modelo pedagógico visa não apenas a inserção dos alunos no mercado de trabalho, mas também o fortalecimento do exercício da cidadania. Contudo, a EJA enfrenta desafios significativos, especialmente no que se refere à continuidade de suas ações e à cultura assistencialista predominante no Brasil.

A Constituição Federal de 1988 reconhece o direito à educação ampliada para jovens e adultos, abrangendo mais do que a simples alfabetização. O artigo 205 determina que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade (Brasil, 1988). Além disso, o artigo 208 foi alterado pela Emenda Constitucional n.º 59/2009, que ressalta a responsabilidade do Estado em assegurar a educação básica obrigatória e gratuita para crianças de 4 a 17 anos, garantindo também a oferta gratuita para aqueles que não tiveram acesso na idade adequada (Brasil, 1988).

Ao reconhecer a educação como um direito do cidadão, o Estado brasileiro, por meio da EJA, proporciona a oportunidade de acesso à educação básica para aqueles que não completaram seus estudos, independentemente da idade. Essa perspectiva é reafirmada pela LDBEN (1996), que define a EJA como uma modalidade de educação básica.

De acordo com o Art. 37, essa modalidade destina-se àqueles que não puderam iniciar ou avançar nos ensinamentos fundamental e médio na idade apropriada, funcionando como um instrumento de educação contínua e aprendizagem ao longo da vida, com sistemas de ensino

que oferecem oportunidades educacionais que contemplam as características, interesses e condições de vida e trabalho dos alunos (Brasil, 1996).

Conforme Carvalho e Lima (2017), o público da EJA é composto por indivíduos que buscam na escola a possibilidade de estudar e se qualificar para o mercado de trabalho, almejando um futuro digno, mas que frequentemente enfrentaram insucessos escolares e ciclos de repetência. A escola, enquanto espaço formativo, deve ser concebida como um campo contra hegemônico. Isso se materializa quando a comunidade escolar é incluída nos processos de tomada de decisão, levando em consideração as necessidades dos alunos e promovendo uma formação crítica e emancipadora.

Portanto, essa abordagem não só estimula uma educação reflexiva, mas também provoca uma reflexão acerca da exclusão social vivenciada por muitos, preparando-os para adentrar o mercado de trabalho com uma visão crítica em relação à realidade que os cerca.

SUJEITOS IMPLICADOS NA EJA

A educação de jovens e adultos enfrenta desafios expressivos relacionados à evasão e ao abandono escolar, que atingem de maneira intensa um contingente significativo de pessoas. Diversos fatores contribuem para essa realidade, como a necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho, a ausência de condições materiais e logísticas que possibilitem o acesso regular à escola e outras circunstâncias que fragilizam o vínculo com a aprendizagem formal (Guimarães; Lima, 2018). Essas situações tornam ainda mais complexa a permanência dos estudantes na trajetória educacional, comprometendo o direito à formação e a possibilidade de construção de projetos de vida mais autônomos e dignos.

A EJA destina-se àqueles que não tiveram a oportunidade de estudar em tempo hábil, conforme previsto na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, entre outras legislações. Dessa forma, ela se torna um direito e um dever do Estado, garantido pelo Art. 208 da Constituição Federal, que estabelece que o Estado deve assegurar a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos, incluindo a oferta para aqueles que não puderam acessar a educação na idade correta (Brasil, 1988).

O projeto final da EJATEC destaca que no Brasil, o problema da exclusão social impacta diretamente os sistemas educacionais. Nesse contexto, milhões de brasileiros ainda não se beneficiam do ingresso e da permanência na escola. Além disso, na maioria dos casos, isso se

deve ao fato de que jovens e adultos, ao exercitarem suas atividades laborais, não encontram harmonia entre a oferta de ensino e suas necessidades pessoais (Guimarães; Lima, 2019).

A sociedade brasileira encontra-se situada em um contexto marcado pela predominância de concepções neoliberais que, ao enfatizarem a valorização das diferenças, acabam por justificar desigualdades historicamente construídas. Nesse cenário, torna-se comum a difusão de discursos que relacionam o fracasso escolar à responsabilidade individual, naturalizando processos de exclusão social que, em muitos casos, têm origem em condições estruturais adversas (Sposati, 2000). Essa lógica de normalização das disparidades contribui para legitimar o abandono e a evasão escolar, afastando a compreensão do problema como fruto de políticas públicas insuficientes e de obstáculos coletivos que comprometem o direito à educação.

Dessa maneira, é imprescindível questionar o papel da escola para aqueles que a frequentam. Para muitos, a escola não serve como um trampolim para o sucesso profissional; para outros, representa apenas uma etapa rumo ao ensino superior, uma vez que produz uma formação não adaptada às necessidades do mercado, gerando diplomas que não favorecem o acesso dos jovens ao emprego (Dubet, 2003). É fundamental garantir o acesso e a permanência na escola, pois não é a escola que distribui os alunos, mas sim as desigualdades sociais que regulam o acesso às diferentes formas de ensino. O acesso à educação exige vagas, transporte gratuito e, para a permanência, é necessária alimentação e materiais didáticos.

Dubet (2003) salienta que não era a escola a injusta, mas sim a sociedade, embora tanto a escola quanto a sociedade tenham se tornado menos injustas em termos de desigualdade e distância social ao longo do tempo. Assim, percebemos que as desigualdades sociais, características de nossa sociedade capitalista neoliberal, contribuem para o abandono escolar, resultando em um número alarmante de jovens, adultos e idosos que não completaram a educação básica.

Além da exclusão escolar, registramos altos índices de abandono e evasão. Embora esses termos sejam semelhantes, na literatura são tratados de maneira distinta: a evasão ocorre quando o aluno, mesmo em idade escolar, não se matricula para um novo ano letivo, enquanto o abandono refere-se ao ato de deixar a escola durante o ano letivo (Guimarães; Lima, 2018). Desta forma, a evasão diz respeito àqueles que falham em se matricular, enquanto o abandono refere-se àqueles que, após se matricularem e frequentarem, desistem.

As consequências dessa situação resultam em escolas com matrículas completas, mas com carteiras vazias, implicando em investimentos públicos que não beneficiam efetivamente os alunos. A literatura aponta diversas causas para a presença de alunos fora da escola, incluindo

questões de acesso, como a disponibilidade de instituições de ensino, a necessidade de ingressar no mercado de trabalho, gravidez, pobreza e doenças, além de fatores relacionados ao ambiente escolar, como a qualidade da educação e as defasagens de aprendizagem. Ademais, a evasão e o abandono podem ser influenciados pela resiliência emocional dos alunos (Guimarães; Lima, 2018).

Dessa forma, torna-se evidente que os estudantes que integram a educação de jovens e adultos demonstram o desejo genuíno de prosseguir seus estudos, como se pode observar nas tentativas de matrícula realizadas por muitos deles. Contudo, são frequentemente compelidos a interromper esse percurso por uma série de razões que extrapolam sua vontade individual. Em inúmeras situações, a falta de condições adequadas de acesso os obriga a priorizar o trabalho como forma de garantir a própria subsistência ou contribuir para o sustento familiar. Essa realidade expõe de maneira contundente as restrições econômicas e sociais que limitam as oportunidades de permanência na escola e aprofundam desigualdades históricas no direito à educação.

NOVO ENSINO MÉDIO

A reforma do Ensino Médio teve início com a Medida Provisória nº 746/2016 e, posteriormente, foi consolidada pela Lei nº 13.415/2017. Essa medida foi implementada pelo Ministério da Educação (MEC) durante a administração de Michel Temer, desempenhando um papel crucial na elaboração e execução da reforma. Marcada por polêmicas e retrocessos, a reforma recebeu apoio sustentado por justificativas que se ancoravam em uma visão economicista e privatista da educação, priorizando indicadores de desempenho em testes padronizados em âmbito nacional e internacional, a necessidade de profissionalização dos jovens, e a excessiva carga de disciplinas oferecidas (Silva, 2018).

No núcleo das transformações propostas, encontra-se a reorganização curricular estabelecida pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que contempla diferentes itinerários formativos e se baseia na formação por competências como método pedagógico. Essa abordagem da formação por competências evidenciou-se como um dos pilares das políticas curriculares, representando uma das principais bandeiras do discurso neoliberal que, desde a década de 1990, promete soluções ilusórias para os dilemas educacionais brasileiros, contribuindo, lamentavelmente, para retrocessos.

Estudos científicos demonstram que essa tendência não proporciona uma formação integral aos estudantes (Saviani, 2008; Duarte, 2010), configurando-se como uma mera expressão do capitalismo que perpetua o modelo econômico vigente, moldando futuros trabalhadores e consumidores.

Adicionalmente, “a pedagogia das competências” se apresenta como uma variante da “pedagogia do aprender a aprender”, objetivando capacitar os indivíduos com comportamentos adaptáveis em uma sociedade onde a sobrevivência não é garantida. A satisfação das necessidades tornou-se uma responsabilidade individual em detrimento de um compromisso coletivo, submetendo os indivíduos à influência da “mão invisível do mercado (Saviani, 2008). Apesar disso, os governos persistem em desconsiderar as evidências científicas, reiterando a formação por competências como se esta fosse a única e melhor alternativa para se alcançar uma educação de qualidade.

A INICIATIVA EJATEC

No projeto EJATEC, enfatiza-se que na Educação de Jovens e Adultos (EJA), a dimensão do trabalho desempenha um papel essencial, em virtude das condições socioeconômicas dos indivíduos atendidos por essa modalidade. As dificuldades financeiras são, de fato, razões significativas que levam ao abandono escolar, especialmente na modalidade de EAD, considerando as barreiras para a contratação de serviços de internet.

A *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua* (PNAD), que avalia a Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) nos aspectos de acesso à Internet e à televisão, além da posse de telefone móvel para uso pessoal (IBGE, 2023), revela que, em 2023, alcançamos a notável cifra de 72,5 milhões de domicílios conectados à Internet, o que corresponde a 92,5% do total, evidenciando um expressivo crescimento de 1 ponto percentual em relação a 2022. Nas áreas urbanas, a proporção aumentou de 93,5% para 94,1%, enquanto nas regiões rurais, avançou de 78,1% para 81,0%. Trata-se de uma verdadeira revolução digital que merece ser considerada.

No contexto da EJA, é fundamental entender que seus estudantes são, predominantemente, trabalhadores, e que a educação não se limita a conteúdos teóricos, mas deve também refletir a realidade do mundo do trabalho e a prática social. Ao analisarmos o público da EJA, notamos que essa faixa etária representa uma parte significativa da população economicamente ativa.

De acordo com o IBGE, a população economicamente ativa é obtida pela soma da população ocupada e desocupada com 16 anos ou mais. Portanto, é imprescindível reconhecer que na EJA há uma interconexão entre a educação escolar, o mundo do trabalho e a vida familiar, não devendo ser desconsideradas as condições socioeconômicas de seus alunos.

Assim, o programa EJATEC oferece o Novo Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), juntamente com a Educação Profissional, nas escolas públicas. É fundamental ressaltar que as estratégias para viabilização do programa podem ser implementadas através de diversas iniciativas, incluindo convênios com parceiros privados.

Inicialmente, o programa seria disponibilizado presencialmente; no entanto, em decorrência da pandemia de COVID-19, as aulas passaram a ser oferecidas de forma remota. (Silva, 2020). Em 2021, foram ofertadas vagas em diversos cursos, abrangendo numerosos municípios brasileiros, destacando-se Técnico em Administração, Técnico em Vendas, Técnico em Logística, Técnico em Contabilidade, Técnico em Gastronomia, Técnico em Eletromecânica e Técnico em Portos.

Geralmente, a duração dos cursos do EJATEC é de dois anos. Ao final desse período, os alunos concluem o Ensino Médio com habilitação técnico-profissional, podendo se inscrever na EJATEC estudantes com 18 anos completos ou que completariam essa idade até 30 de junho, desde que já tivessem finalizado o Ensino Fundamental e não tivessem acesso ou continuidade nos estudos do Ensino Médio.

Um dos principais desafios da EJATEC consiste na criação de uma identidade própria para as escolas voltadas a jovens e adultos, promovendo na prática diária a política de integração entre a educação profissional e a educação básica na EJA. Em nossas análises, consideramos que essa integração deve ser direcionada por um Projeto Político Pedagógico (PPP) que estabeleça um currículo unificado, respeitando os princípios, objetivos e diretrizes contidos no Parecer CNE/CEB 11/2000.

A implementação da EJATEC demanda das instituições de ensino uma abordagem curricular que privilegie a confluência entre os conteúdos da formação geral de nível médio e os de uma área profissional específica. Para melhor elucidarmos o conceito de integração, Ciavatta (2005) observa que se remetemos o termo *integrar* ao seu significado de completude, à compreensão das partes no todo ou à unidade na diversidade, tratando a educação como uma totalidade social isso significa que buscamos entender o trabalho como princípio educativo, superando a dicotomia entre trabalho manual e intelectual, incorporando a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, formando trabalhadores capacitados para atuar como dirigentes e

cidadãos. Assim, a organização do trabalho pedagógico nas escolas deve compreender a integração de conteúdos, metodologias e práticas educacionais, tratando-se de uma integração entre teoria e prática, entre o saber e o saber-fazer.

Ainda, é imprescindível que o Projeto Político Pedagógico (PPP) seja elaborado com a participação ativa dos membros da comunidade escolar, pois este documento é crucial para guiar as práticas pedagógicas, especialmente no que diz respeito à atuação dos professores. Para sua confecção, é necessário levar em consideração as especificidades dos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), que trazem consigo diversas histórias, estão imersos em lutas sociais e possuem identidades variadas, incluindo nomes, rostos, gêneros, etnias e diferentes gerações.

Conforme destacado por Vasconcellos (2010), é praticamente impossível mudar a prática de sala de aula sem vinculá-la a uma proposta conjunta da escola, a uma leitura da realidade, à filosofia educacional, às concepções de pessoa, sociedade, currículo, planejamento. Portanto, é fundamental que os profissionais envolvidos na implementação da EJATEC tenham um conhecimento aprofundado sobre os estudantes da EJA. Isso demanda a criação de espaços participativos dentro da escola, permitindo que suas histórias sejam ouvidas e seus saberes e condições de vida sejam reconhecidos. Dessa forma, o processo de planejamento e a documentação resultante (PPP, Projetos de ensino, planos de aula etc.) considerarão não apenas as pessoas, mas também o conhecimento que elas detêm.

Logo, a EJATEC é a sigla que se refere à Educação de Jovens e Adultos com Formação Técnica. Esta modalidade integra a Educação de Jovens e Adultos (EJA) com cursos técnicos profissionalizantes, estando disponível em instituições públicas e privadas, e pode ser oferecida tanto presencialmente quanto à distância. No formato presencial, as aulas de EJA são realizadas em escolas de ensino regular, de segunda a sexta-feira, nos períodos diurno ou noturno. As disciplinas dos cursos técnicos são lecionadas em escolas técnicas, também de segunda a sexta, durante o dia.

No modelo à distância, as aulas de EJA ocorrem online, enquanto os cursos técnicos podem ser ministrados tanto de forma online quanto presencial, conforme a instituição. Assim, a EJATEC representa uma política pública relevante que busca assegurar o direito à educação e à formação profissional para jovens e adultos que não completaram o ensino fundamental ou médio na faixa etária adequada, objetivando proporcionar a oportunidade de conclusão dos ensinos fundamental e médio, oferecer uma formação profissional de alta qualidade, e contribuir para a inclusão social e para a diminuição das desigualdades.

De modo alinhado, os benefícios da EJATEC englobam um maior acesso a oportunidades de emprego e geração de renda, melhoria na qualidade de vida e aumento da participação social, sendo uma forma de ensino que possibilita diversas oportunidades para jovens e adultos, promovendo a melhoria da qualidade de vida, a ampliação das chances no mercado de trabalho e uma participação ativa na sociedade.

Com isso, a EJATEC se destaca como uma alternativa viável para aqueles que desejam concluir os ensinos fundamental e médio, além de obter uma formação profissional de excelência. Com flexibilidade e acessibilidade, esta modalidade se apresenta como uma opção atraente para um público diversificado.

CURRÍCULO DA EJATEC

De acordo com as Diretrizes Nacionais para o Ensino Médio atuais, o currículo é configurado como uma proposta educativa originada da seleção de saberes desenvolvidos pela sociedade. Essa proposta se manifesta em práticas escolares que priorizam conhecimentos relevantes e pertinentes, interligados às interações sociais, articulando as experiências e saberes dos alunos. Assim, contribui para a formação de suas identidades e o aprimoramento de suas habilidades cognitivas e socioemocionais. Nesse contexto, o currículo do EJATEC será organizado em formação geral básica e itinerário profissionalizante.

A formação geral básica abrange as competências e habilidades estabelecidas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), apresentadas de forma indissociável e enriquecidas pelo contexto histórico, econômico, social, ambiental e cultural, tanto local quanto do mercado de trabalho, estruturadas em áreas do conhecimento. Por sua vez, o itinerário profissionalizante tem como meta qualificar os alunos para o mercado de trabalho, preparando-os para o desenvolvimento de suas carreiras e a adaptação às novas demandas e condições laborais atuais, além de prepará-los para as mudanças constantes em um ambiente marcado pela competitividade e inovação.

Como se trata de um curso na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, é imprescindível desenvolver uma organização curricular e metodológica adaptada às particularidades do público-alvo. Esta abordagem deve considerar as especificidades geracionais e, preferencialmente, ser integrada à formação técnica e profissional, ampliando os tempos de organização escolar conforme as diretrizes estabelecidas. De acordo com a legislação

atual, o itinerário formativo profissional pode ser oferecido por meio de atividades a distância, com o necessário suporte pedagógico e tecnológico (ARAÚJO; DEMAI, 2019).

Para facilitar a interação entre estudantes e professores, podem ser utilizadas mensagens, fóruns, fichários e diversas atividades autoinstrucionais, disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem. Além disso, as atividades presenciais propostas nas agendas de estudo serão supervisionadas pelo orientador de estudos ou profissional com função similar. O objetivo dessas iniciativas é aumentar o engajamento dos alunos, alinhando-se aos princípios das metodologias ativas, que colocam o estudante como protagonista de sua própria aprendizagem. Nesse contexto, ferramentas e materiais precisam se combinar para formar uma comunidade de aprendizado, na qual todos interagem e compartilham conhecimentos. Direcionados pelos conceitos de aprendizagem significativa, construtivismo e interatividade, os conteúdos devem abordar temas concretos e pertinentes aos estudantes (Araújo; Demai, 2019).

Além disso, monitorar os resultados do processo de ensino e aprendizagem ao longo do curso é crucial. A avaliação, nesse contexto, torna-se um importante instrumento para o aprimoramento das práticas docentes e dos materiais utilizados, além de contribuir para o progresso dos alunos. No ambiente virtual, precisam estar disponíveis atividades que devem ser enviadas aos professores mediadores, responsáveis por solidificar o conhecimento teórico dos estudantes. Essas atividades podem ser corrigidas, e os professores mediadores fornecerão feedback no sistema, permitindo que os alunos compreendam seu desempenho. Ademais, os alunos podem realizar questionários online autoinstrucionais como parte da avaliação formativa e contínua. Os resultados dessas atividades devem ter três implicações principais, a saber, para o *estudante*, uma indicação clara de sua aprendizagem, evidenciando dificuldades e lacunas, com propostas para superá-las; para a *mediação*, dados sobre a eficácia do processo de ensino, sinalizando a necessidade de possíveis reorganizações (replanejamento, novas metodologias, ajustes nas avaliações, recuperação da aprendizagem); e para a *gestão*, a registrarem da frequência dos alunos nas agendas de estudo, fornecendo dados relevantes para intervenções quando necessário (Araújo; Demai, 2019).

Dessa maneira, cabe às unidades escolares que implementarem o programa EJATEC garantir a disponibilidade de laboratórios de informática equipados com acesso à internet e ao ambiente virtual de aprendizagem, em quantidade compatível com o número de turmas sob sua responsabilidade. Além disso, é essencial oferecer dispositivos que possibilitem aos estudantes assistir às videoaulas e realizar as atividades propostas nos materiais disponibilizados. A gestão pedagógica do curso deve ser exercida por um docente responsável por acompanhar de forma

sistemática o trabalho dos professores mediadores, contando com o suporte de especialistas na área e da equipe de coordenação pedagógica. A mediação das aprendizagens deve ser realizada por professores mediadores devidamente capacitados para orientar os estudantes no contexto da educação a distância. Ao mesmo tempo, o professor orientador precisa supervisionar as atividades presenciais, apoiar a navegação no ambiente virtual e realizar o acompanhamento ativo daqueles estudantes que se ausentam da plataforma, mantendo uma comunicação frequente com o mediador de aprendizagem a fim de assegurar o suporte necessário ao percurso formativo de cada aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, discutimos os principais componentes que sustentam os desdobramentos da Educação de Jovens e Adultos por meio do EJATEC. Nosso objetivo é promover uma ampliação das discussões e reflexões sobre esse tema crucial para a sociedade, que, em um contexto de constantes transformações, demanda atenção contínua e um aprofundamento nas análises.

É fundamental destacar a importância da implementação de programas educacionais que busquem elevar a escolaridade e a qualificação profissional de jovens e adultos trabalhadores, garantindo que a educação seja reconhecida como um direito universal. A trajetória histórica evidencia como as relações econômicas, políticas e sociais influenciam a oferta de escolarização, moldando o acesso e as oportunidades reais de progresso. Esse processo de escolarização ocorre por meio da interação entre o indivíduo e a sociedade.

Consideramos que o projeto EJATEC proporciona uma oportunidade para um estudo com maior liberdade e autonomia, permitindo que os estudantes acessem os materiais em qualquer momento e de qualquer lugar. A autonomia dos docentes, assim como o investimento em acessibilidade e na permanência dos alunos no EJATEC, é igualmente essenciais. A formação continuada dos professores que atuam no contexto da EJA, especialmente dentro do EJATEC, é imprescindível, uma vez que, além do domínio do módulo interdisciplinar, é necessário um entendimento profundo sobre educação a distância e as ferramentas tecnológicas pertinentes.

Portanto, reforça-se que o projeto demanda investigações mais detalhadas para que possamos compreender os processos relacionados à sua estruturação e à formação desejada para os alunos trabalhadores (Da Silva, 2020).

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Almério M.; DEMAI, Fernanda M. (Orgs.). **Currículo Escolar em Laboratório: a Educação Profissional e Tecnológica**. 2019/Laboratório de Currículo do Centro Paula Souza. São Paulo: Centro Paula Souza, 2019. v. 1.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 1988.

CARVALHO, Carolina Coimbra de; LIMA, Francisca das Chagas da Silva. Juventudes, Educação e Trabalho: reflexões sobre os desafios da escolarização na educação de jovens e adultos. **Educação em Debate**, Fortaleza, ano 39, n. 73, p.75-85, jan./jun. 2017.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In. FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M; RAMOS, M.(orgs). **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

DA SILVA, Jackeliny Dias et al. Saúde mental na escola: uma análise da relação entre cultura organizacional e estresse. **HUMANIDADES E TECNOLOGIA (FINOM)**, v. 24, n. 1, p. 39-52, 2020.

DUARTE, Newton. O debate contemporâneo das teorias pedagógicas. In: MARTINS, Lígia Márcia; DUARTE, Newton. (orgs.) **Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

DUBET, F. A escola e a exclusão. *École des Hautes Études en Sciences Sociales – Cadis. Université Victor Segalen 2 – Bordeaux* **Cadernos de Pesquisa**, n. 119, jul. 2003.

GUIMARÃES, A. M.; LIMA, A. F. R. **Determinação de fatores associados ao abandono escolar: uma análise do Ensino Médio goiano**. Goiânia: IMB, 2018.

MARIANO, Iraildes Maria Monteiro; DE SANTANA PERES, Juliane Pereira; DA SILVA, Jeromice Moreira. Inclusão Socioeconômica na Educação Pública: Estratégias para um Currículo Mais Acessível no Ensino Remoto. **HUMANIDADES E TECNOLOGIA (FINOM)**, v. 58, n. 1, p. 198-212, 2025.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados. 2008.

SILVA, Rosa Jussara Bonfim. Reflexões acerca do trabalho home office ocasionado pela pandemia da covid-19. **Humanidades e tecnologia (FINOM)**, v. 25, n. 1, p. 153-168, 2020.

SILVA, José Moisés Nunes da. **A Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional no Brasil: 13 anos depois**. Cad. Pesq., São Luís, v. 26, n. 4, p. 169-185, out./dez. 2019.

SILVA, Monica Ribeiro da. A BNCC da reforma do ensino médio: o resgate de um empoirado discurso. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 34, 2018.

SPOSATI, A. Exclusão social e fracasso escolar. **Revista Em Aberto**, Brasília, DF, v.17, n. 71, p. 211-232, jan. 2000.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. 13. ed. São Paulo: Libertad, 2010.